

01 a 03
Mar
2017



TJ
ES

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

CLIP PING

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Estado tem tornozeleiras à disposição, diz empresa de monitoramento

Por outro lado, Secretaria de Justiça diz que relação contratual não se mostra economicamente vantajosa para o Estado

Após reportagem informar que o sistema prisional do Estado está há oito meses sem instalar tornozeleiras eletrônicas nos presos provisórios, a empresa que presta o serviço, Geocontrol, rebateu a informação e disse que possui equipamentos em estoque para atender a demanda da Justiça.

Na reportagem veiculada na última terça-feira (28), a Secretaria de Estado da Justiça (Sejus), informou, por nota, que o contrato com a empresa estava parcialmente rescindido e que a secretaria já havia informado ao Poder Judiciário Estadual sobre os problemas enfrentados com a empresa que fornece os equipamentos. Entretanto, o diretor comercial da empresa, Rogério Tristão, afirma que essa suspensão parcial do contrato é irregular e que a empresa possui mais de 900 tornozeleiras à disposição do Estado.

“O contrato hoje está vigente, existe uma suspensão parcial, que é irregular, que só limita novas instalações, restringe a utilização das tornozeleiras. Inclusive, nos causa estranheza e surpresa, diante da demanda de tornozeleiras que existe e liminar favorável aos nossos questionamentos. Essa suspensão parcial não cabe”, disse à Rádio CBN.

A empresa contratada também salientou, por nota, que a utilização das tornozeleiras nos presos refletiria grande economia ao Executivo, já que os valores contratados pelo Estado é de R\$ 167,00 por preso, enquanto, em última divulgação pelo Governo Estadual, o custo de uma pessoa no sistema penitenciário ultrapassa R\$ 1.300,00.

Sejus

Sobre a contestação da empresa, a Secretaria de Estado da Justiça informou que o contrato com a prestadora continua vigente e que apenas a instalação de novas tornozeleiras foi suspensa, pois a relação contratual não se mostrou economicamente vantajosa para a Sejus.

A nota destacou que isso ocorreu devido ao custo das indenizações pagas à empresa em caso de rompimento ou extravio do equipamento e devido ao fato de a empresa ter sido autuada, em oito diferentes oportunidades, por falhas relevantes na execução do contrato, que estão sendo apuradas.

Força Nacional ficará mais 15 dias no Estado

Anúncio foi feito pela Sesp. Plano é intensificar policiamento com permanência do grupo

✎ **ELIS CARVALHO**
elis.carvalho@redegazeta.com.br

O governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp), informou ontem que a atuação da Força Nacional no Estado será prorrogada por 15 dias. A ideia é reforçar o policiamento e contribuir para a ampliação da segurança da população capixaba. Até então, a expectativa era que de que Força deixasse o Estado até o fim de março.

No último dia 27, o governo informou que não iria solicitar a permanência da tropa federal. Dias antes dessa informação, o Ministério da Justiça informou à Rádio CBN Vitória que essa permanência iria

depende da necessidade ou não do Estado em prorrogar a presença dos policiais da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

No dia 15 de fevereiro, o Ministério da Justiça já tinha prorrogado por 20 dias a presença da Força Nacional no Espírito Santo.

CRISE

Mais de 3 mil homens das Forças Armadas e da Força Nacional começaram a atuar nas ruas do Espírito Santo para garantir a segurança e inibir crimes durante o protesto de famílias de PMs, que bloquearam as entradas dos batalhões no Estado no dia 3 de fevereiro.

Nos dias seguintes, o Estado começou a viver uma onda de violência, que só foi controlada quando a Operação Capixaba iniciou. A greve durou por 22 dias.

Força Nacional fica mais 15 dias no Estado

Os militares da Força Nacional vão permanecer no Estado por mais 15 dias, reforçando o policiamento. A informação foi passada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp), na tarde de ontem.

Essa é a segunda vez que o governo do Estado prorroga o prazo de permanência da Força Nacional no Espírito Santo.

Como **A Tribuna** antecipou na edição de ontem, os militares permaneceriam no Estado de prontidão até a próxima segunda-feira, por conta do clássico Flamengo x Fluminense, marcado para amanhã no estádio Kleber Andrade, em Cariacica.

Segundo a Sesp, a permanência da tropa no Estado por mais 15 dias vai reforçar o policiamento e contribuir para a ampliação da segurança da população capixaba.

O Ministério da Justiça informou que, atualmente, 80 militares da Força Nacional estão no Estado.

LEONE IGLESIAS - 07/02/2017



FORÇA NACIONAL: policiamento

A tropa chegou ao Espírito Santo no dia 6 de fevereiro, no auge da crise da segurança pública para atuar em conjunto com as Forças Armadas na recuperação da ordem pública no Estado.

TECNOLOGIA NA JUSTIÇA CAPIXABA

Judiciário já usa WhatsApp para apressar julgamentos

Aplicativos são usados em audiências como ocorreu em Guarapari, onde uma vítima de assalto foi ouvida por chamada de vídeo

Giordany Bossato
Roberta Bourguignon

Que as novas tecnologias fazem parte do dia a dia das pessoas ninguém duvida. Mas agora até o Judiciário capixaba tem se utilizado de aplicativos e programas para acelerar audiências e julgamentos.

Um caso emblemático aconteceu há duas semanas em Guarapari. Ao ver que uma das vítimas de um assalto não estava na audiência, o promotor de Justiça Fábio Langa Dias ligou para a pessoa e a ouviu por chamada de vídeo de WhatsApp.

"Descobri que essa pessoa estava morando no Rio de Janeiro e não teria como participar da audiência. Conversei com ela, com a juíza e com o defensor público e concordamos em ouvir a vítima pelo aplicativo", contou o promotor.

O juiz teria que marcar uma audiência, intimar o promotor, intimar o advogado... Pelo WhatsApp foi mais célere", avaliou.

"A tendência é o Judiciário utilizar cada vez mais essas ferramentas para dar celeridade aos processos", concluiu o promotor.

Após o depoimento da vítima, o criminoso, que havia assaltado uma farmácia, foi condenado a 5 anos e 6 meses de prisão.



O PROMOTOR Fábio Langa Dias, que fez uso de WhatsApp para não adiar um julgamento em Guarapari, acredita que o Judiciário irá "utilizar cada vez mais ferramentas para dar celeridade aos processos"

Especialista diz que Poder está se adaptando às tecnologias

A especialista em Direito Civil e Processo Civil e em Ciências Penais Glaucia Cristina da Cunha afirma que o Poder Judiciário ainda está em processo de adaptação para o uso de tecnologias.

"É inquestionável a importância da tecnologia, mas o Poder Judiciário ainda está se adaptando ao uso dessas ferramentas e buscando garantir a infraestrutura necessária para que todas as comarcas tenham acesso aos benefícios que elas podem trazer para o andamento processual", comentou.

"Considerando que o tema é relativamente novo, não existem dúvidas da necessidade de melhorias, especialmente quando o assunto é a infraestrutura. Infelizmente, ainda existem comarcas que estão afastadas da tecnologia de informação, seja por falta de equipamentos ou por falta de capacitação dos membros e servidores", completou Glaucia.

Ela diz que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pretende avançar na utilização de tecnologias no Judiciário.

Outro exemplo do uso da tecnologia para dar mais rapidez e reduzir custos do processo aconteceu em Colatina, na semana passada, em processo conduzido pelo juiz criminal André Guasti.

"A testemunha estava em Ecoporanga e o júri era em Colatina. Para evitar que ela precisasse se deslocar até Colatina, ou que o julgamento precisasse ser desmarcado, o que seria ainda mais custoso, colhemos

o testemunho por meio de videoconferência", explicou Guasti.

O juiz afirmou utilizar outras ferramentas, como Skype, para conversar com advogados e colher depoimentos de testemunhas, vítimas e réus. "A gente não pode ficar apegado a certas formalidades. Isso só contribui com o atraso. Se não aproveitar essa era para melhorar o nosso serviço, a gente vai ficar obsoleto", concluiu.

FERRAMENTAS DISPONÍVEIS

Software produz peças jurídicas

WhatsApp

Em Guarapari um promotor de Justiça utilizou uma chamada de vídeo do WhatsApp para ouvir uma vítima de assalto que estava no Rio de Janeiro. Isso fez com que a audiência não precisasse ser desmarcada.

materiais já produzidos anteriormente.

Juiz virtual

Da mesma forma que existe um programa para produzir as peças jurídicas, existe um para julgar os processos. Um "juiz robô" desenvolvido em Londres, Inglaterra, tomou a mesma decisão que juizes humanos em 79% dos casos em que foi testado.

Pardal

O aplicativo Pardal, criado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES), já é utilizado em todo o País para denunciar irregularidades nas campanhas eleitorais. Ele foi usado no Estado pela primeira vez em 2012, mas no ano passado já funcionou em todo o Brasil.

Candidatura on-line

De acordo com o TRE-ES, a previsão é de que a partir do ano que vem todas as candidaturas de políticos sejam feitas de forma eletrônica. Da mesma forma, a prestação de contas será eletrônica, dando mais agilidade e transparência no serviço.

Fonte: Especialistas consultados.

Presos ouvidos em videoconferência

As videoconferências, que já são utilizadas em julgamentos, também serão realizadas para fazer interrogatórios de pessoas que já estejam presas.

"Foi criado um grupo de estudo para viabilizar interrogatórios sem que os presos precisem deixar o local onde estão. Com isso, você consegue reduzir os custos de transporte, bem como o risco de fuga", explicou André Guasti, juiz criminal de Colatina.

Fazem parte do grupo de trabalho representantes do Ministério Público Estadual, Tribunal de Justiça do Espírito Santo, Secretaria de Justiça, entre outros.

"Tudo está sendo feito com muita calma para que nada seja feito de maneira equivocada. Ainda assim, a previsão é de que esses in-

terrogatórios por videoconferência tenham início ainda este ano em Colatina", completou Guasti.

"Esse é um caminho sem volta. Não tem como permitir que tudo

referente ao Judiciário fique apenas no papel. E o Tribunal de Justiça tem feito algumas alterações muito importantes nesse sentido", concluiu o juiz criminal.



ACERVO PESSOAL

O JUIZ ANDRÉ GUASTI diz que interrogatórios de detentos por meio de videoconferência devem ser realizados a partir deste ano em Colatina

Facebook

Podem ser usados para fazer o primeiro contato com as partes interessadas no processo. Por meio dele é possível atualizar endereços e telefones dos envolvidos na ação.

Videoconferência

Uma das ações promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça é incentivar o uso de videoconferências para julgamentos e audiências. Por meio delas é possível poupar tempo recursos — já que as pessoas podem ser ouvidas sem precisar se deslocar até os fóruns.

Software advogado

Um programa desenvolvido nos Estados Unidos, mas que já está sendo usado no Brasil, utiliza software para produzir peças jurídicas — de divórcio a contratos de fundação de empresas. Tudo é feito com base em algoritmos e

TECNOLOGIA NA JUSTIÇA CAPIXABA

Candidaturas vão ser on-line no ano que vem

Outro exemplo da utilização de tecnologia para qualificar o andamento de processos vai poder ser visto no Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES). A previsão é de que nas eleições do ano que vem todas as candidaturas sejam feitas eletronicamente.

"Toda a parte de registro dos candidatos, bem como a prestação de contas, vai ser feita via on-line. Isso vai dar mais velocidade aos processos, além de aumentar a transparência, já que o processo ficará acessível de maneira mais simples a todos", explicou o secretário de Tecnologia da Informação do TRE-ES, Danilo Marchiori.

Atualmente, todos os registros são feitos por meio de documentos impressos. "Até mesmo a questão ambiental vai ser beneficiada com a digitalização dos processos, ten-

do em vista que grande quantidade de papel deixará de ser utilizada.

Os demais processos existentes no TRE-ES também estão em processo de digitalização e, aos poucos, o Tribunal vai implantar o Processo Judicial Eletrônico.

"No segundo semestre, faremos a implantação do sistema judicial eletrônico. Com ele, os advogados vão poder acompanhar toda a tramitação pelo computador".

As mudanças em prol da utilização de novas tecnologias no TRE-ES, de acordo com Danilo Marchiori, seguem o mesmo caminho da utilização dessas ferramentas no dia a dia da população.

"Essa é a vida que a gente leva e o principal processo da Justiça Eleitoral é a eleição, que já é informatizado. Então, o objetivo é usar cada vez mais tecnologia para dar mais celeridade e segurança",

completou o secretário.

PARDAL

Um exemplo do sucesso da Tecnologia da Informação do TRE-ES é o aplicativo Pardal, usado para denunciar práticas de corrupção eleitoral.

O aplicativo foi utilizado pela primeira vez no Espírito Santo em 2012. Já no ano passado, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) lançou o aplicativo em todo o País.

Assim que o eleitor utiliza o aplicativo para fazer a denúncia, ela é encaminhada para o Ministério Público Eleitoral que avalia se há necessidade de prosseguir com outras investigações.

"Ano que vem a eleição é presidencial, então vão ser feitas alterações para que ele possa ser utilizado novamente em todo o território nacional", concluiu Marchiori.



DANILO MARCHIORI afirma que mudanças trazem mais transparência

Tecnologia sem vetar uso

"A tecnologia é maravilhosa, mas ela só é realmente aproveitada quando chega para todo mundo — quando não é excludente."

Essa é a avaliação da presidente da Comissão de Tecnologia e Informação da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Espírito Santo (OAB-ES), Dyna Hoffmann.

Ela destaca a necessidade de tomar muito cuidado para que o uso da tecnologia e da internet nos tribunais não seja uma imposição, mas sim uma possibilidade que é dada aos interessados.

"Os casos de Colatina e Guarapari são importantes porque todas as partes envolvidas no processo aceitaram o uso da tecnologia. Não houve prejudicados. Pelo contrá-

rio, agilizou o processo e um 'problema' foi resolvido", argumentou a representante da OAB-ES.

Outra questão de grande importância ressaltada pela presidente da Comissão de Tecnologia e Informação é a qualidade da internet a ser utilizada nessas situações.

"Tem comarcas no interior do Estado em que a internet não chega com uma boa qualidade. A tecnologia é bem aceita, sim, mas a gente tem que analisar vários pontos antes de fazer uma alteração no procedimento", destacou.

"Conheço muitos advogados que usam muito essas ferramentas, mas será que já é possível utilizá-la em todos os locais?", questionou Dyna Hoffmann.

OPINIÕES



“A tecnologia deve ser utilizada para agilizar o processo, mas não pode excluir advogados e sociedade”

Dyna Hoffmann, pres. da Comissão de Tecnologia e Informação da OAB-ES



“Com limitação orçamentária, a gente precisa da tecnologia para atender todos os interessados”

Patrícia Paris, coordenadora da Escola de Contas do TCE-ES



“Com demanda e reduzidos recursos humanos, sem o uso de tecnologia não vamos conseguir avançar”

Gisele Oliveira, juíza da 4ª Vara Criminal de Vitória

Cursos a distância para reduzir processos

No Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), são organizados cursos a distância para prefeitos, vereadores e demais membros da sociedade. Com mais pessoas capacitadas, o número de processos no tribunal é passível de redução.

"O político não pode argumentar que não foi orientado. A gente tem limitações para trazer todos os interessados para dentro do tribunal, mas com os cursos on-line é possível que representantes de todos os municípios sejam orientados", comentou a coordenadora da Escola de Contas do TCE-ES, Patrícia Paris.

"A gente já fez eventos para prefeitos, vereadores e secretários de diferentes áreas, e tudo foi gravado. Os próximos passos devem ser no sentido de dar mais interatividade aos programas", completou a coordenadora da Escola de Contas.

"A Justiça vai mudar em 10 anos"

Foi citando casos de inteligência artificial que o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Luiz Cláudio Allemand avaliou que todo o Judiciário deve mudar em cerca de 10 anos.

"Com a inteligência artificial acredito que vamos ter uma virada

muito grande na próxima década. Vai acontecer muita coisa nessa área jurídica nesse período", previu, citando casos e mostrando artigos que mostram a utilização de algoritmos para a elaboração de peças judiciais.

Em um dos estudos, desenvolvi-

do pela Universidade College London (UCL), no Reino Unido, cientistas de computação criaram um "juiz robô" que tomou decisões iguais a dos juizes humanos em 79% das vezes.

"Aprendi muito cedo que não devemos lutar contra a máquina, mas sim que devemos lutar com a máquina. Daqui a 10 anos teremos outra realidade no Direito brasileiro, sistemas totalmente diferenciados", comentou Luiz Cláudio.

"Hoje a Tecnologia da Informação (TI) é o coração do Judiciário. Não só do Judiciário, mas de qualquer outra empresa. Hoje a TI é fundamental e quem não tem essa visão fica para trás", argumentou.

Mesmo acreditando nessas mudanças, o conselheiro do CNJ admite que há certa resistência a mudanças por parte dos profissionais do Direito. "O conservadorismo dos operadores da Justiça vem de muito tempo. Qualquer mudança que venha a sair daquela risca do tradicional vai deixar as pessoas meio reticentes", admitiu.



LUIZ ALLEMAND: "Tecnologia da Informação é o coração do Judiciário"

ANÁLISE

Marcello Novaes, professor da UVV

"Informações não podem vazar"

"A tecnologia tem sido utilizada no meio Judiciário cada vez com mais constância. Um exemplo bem simples é a digitalização de documentos — que torna muito mais simples o armazenamento e busca de inúmeros processos.

Outro facilitador são as videoconferências já utilizadas em diversos juizados dentro e fora do País.

No entanto, questões importantes também precisam ser analisadas. Por exemplo, a conexão não pode ser instável, para não prejudicar o andamento do caso. Outra preocupação é em relação à segurança. Determinados depoimentos envolvem questões sigilosas e é preciso tomar cuidado, pois certas informações não podem vazar."

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Licença-paternidade maior vai à votação

RODRIGO GAVINI - 01/02/2017

Afastamento passa de cinco para 20 dias para os servidores estaduais. Duas comissões devem dar os pareceres

Caio Miranda

Os servidores públicos estaduais estão mais próximos de poder passar mais tempo ao lado do filho, após seu nascimento. É que segundo o presidente da Assembleia Legislativa, Erick Musso (PMDB), os deputados votarão, na sessão de hoje, o Projeto de Lei Complementar (PLC) que aumenta, de cinco para 20 dias, a licença-paternidade para servidores do Estado.

O projeto, de autoria do governo estadual, altera o estatuto da categoria. A expectativa é de aprovação sem maiores dificuldades.

A proposta já passou pela Comissão de Justiça, na quarta-feira, com aprovação unânime, e acolhimento de três emendas, duas de Rodrigo Coelho (PDT) e uma de Enivaldo dos Anjos (PSD).

Elas estabelecem aumento da licença para 180 dias, em caso de morte da gestante no parto, necessidade de comprovação de nascimento ou adoção para garantir o direito e que o benefício seja estendido também aos servidores comissionados.

O PLC está na Comissão de Cidadania, presidida pelo deputado José Carlos Nunes (PT). O petista pediu vista e tem até quarta-feira para dar o parecer, mas a tendência é que a liberação seja feita ainda hoje. O texto ainda passa na Comissão de Cidadania.

No entanto, o presidente Dary Pagung (PRP) não garante dar o parecer para a votação acontecer



ERICK MUSSO disse que aumento da licença-paternidade será votado hoje

hoje. “Se a Comissão de Cidadania apresentar outras emendas, terei de analisar. O projeto é muito bem-vindo, mas preciso ver com tranquilidade”, explicou.

O diretor de Assuntos Jurídicos do Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado (Sindipúblicos), Amarildo Batista, comemorou o avanço para os servidores.

“Não é uma inovação, pois a legislação federal já prevê 20 dias de

licença. Mas, de fato, é um avanço, pois a mulher precisa de cuidados especiais no período e o pai precisa ajudá-la. Não dá para criticar”.

Em nota, o governo do Estado explicou que a medida permite humanizar mais a relação dos pais com seus filhos. O governo informou ainda que o texto do projeto foi elaborado pela Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Sege), que recebeu a indicação da Assembleia.



JOÃO PEDRO GEBRAN NETO citou como exemplo a fosfoetanolamina, conhecida como “pílula do câncer”

REMÉDIO SEM COMPROVAÇÃO CIENTÍFICA

“Estado não tem de pagar”, diz desembargador

Weslei Radavelli

Em Vitória para receber o título de Doutor Honoris Causa na Saúde, dado ontem pela Emescam, o desembargador João Pedro Gebran Neto, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região — que abrange os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo —, analisou a alta demanda de processos na Justiça em assuntos relacionados à saúde.

Para o desembargador, o Estado não poderia pagar por medicamentos não reconhecidos cientificamente pela medicina. Somente no Espírito Santo, mais de 4.100 processos tramitam no Tribunal de Justiça pedindo o fornecimento de medicamentos, muitos dos quais ainda não são reconhecidos pela medicina.

Segundo o desembargador, o Poder Judiciário tem centenas de milhares de ações em tramitação contra a União, estados e municí-

pios, movidas por pessoas que buscam desde medicamentos que não são fornecidos pela rede pública a providências que não estão sendo realizadas de modo satisfatório.

Gebran Neto citou como exemplo a fosfoetanolamina, conhecida como “pílula do câncer”, que foi alvo de várias ações na Justiça e não teve, até hoje, uma comprovação de que realmente cura a doença.

“Há muitos medicamentos que não estão previstos na política pública porque são extremamente caros ou que não possuem evi-

dências científicas comprovadas. Apesar disso, o cidadão entra com o pedido e cabe à Justiça receber e analisar esses pedidos”, afirmou.

Questionado se a alta demanda de processos prejudica o trabalho da Justiça, o desembargador afirmou que o Poder Judiciário “está sempre de portas abertas para as demandas da população”.

Entretanto, ele afirma que os pedidos “precisam ter um pouco mais de lógica”.

“É preciso saber o que é devido e o que não é. Se o medicamento não é reconhecido, não deveria ser alvo de ação. O governo não pode pagar por um medicamento que não é reconhecido”, explicou.

O desembargador, entretanto, reconheceu que a própria Justiça colabora para o elevado número de ações. “Acaba sendo uma orientadora do cidadão, porque vem concedendo quase todos os pedidos que são apresentados”.

“É preciso saber o que é devido e o que não é. Se o medicamento não é reconhecido, não deveria ser alvo de ação”

João Pedro G. Neto, desembargador

Estado vai diminuir valor de multas

Projeto de lei prevê que a Secretaria da Fazenda deve avisar sobre infrações fiscais e reduzir a cobrança em até 100%

Caio Miranda

O governo do Estado entregou ontem, para o presidente da Assembleia, deputado Erick Musso (PMDB), um projeto de lei que prevê a redução de até 100% no valor de multas sobre infrações fiscais.

A proposta altera leis que regularizam os impostos estaduais, principalmente o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O objetivo principal é criar níveis de classificação da relação das empresas contribuintes — 78 mil no Estado — com a Receita Estadual.

No primeiro estágio estarão contribuintes com indícios de erros encontrados na base de dados da Receita. A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) avisará sobre a irregularidade, com possibilidade de ajuste de conduta e isenção de multas.

Depois, aparecem os infratores primários, que poderão pagar, à vista, o valor da punição com desconto de 75%. Nos outros casos, os abatimentos são de 50%, para aqueles que regularizarem a situação dentro do prazo de impugnação, e 25%, em caso de pedido de recurso na Justiça.

De acordo com o secretário de Estado da Fazenda, Bruno Funchal, a medida visa melhorar o ambiente de negócios e até criar empregos.

“Não queremos punir as empresas que não erraram de propósito. Se elas cometerem um erro casual, não serão punidas. As empresas serão menos oneradas. E, se os custos diminuem, a rentabilidade aumenta, abrindo mais espaço para a criação de empregos e estimulando ainda investimentos”, afirmou.

O projeto de lei, pedido dos empresários, foi criado após três anos de estudo do Grupo de Trabalho da Secretaria de Estado da Fazenda (GTFaz), que reúne instituições que representam comércio, indústrias e a contabilidade.

Como o governo fez um pedido de urgência, a matéria deve começar a tramitar na Assembleia a partir da semana que vem.

PEDRO LOUREIRO / SECOM-ES



AVANÇO DE SINAL

Multas nas BRs durante greve da PM poderão ser canceladas

Casos serão analisados e, se for comprovada a falta de segurança, infrações serão revistas

▲ **KATILAINE CHAGAS**
kchagas@redgazeta.com.br

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) vai analisar caso a caso as multas emitidas durante o período de paralisação da Polícia Militar do Estado, de 4 a 25 de fevereiro deste ano.

O órgão confirmou ontem que os motoristas multados no período que entrarem com defesa terão suas argumentações analisadas. E, caso se configure a falta de segurança para ficar parado em um semáforo, por exemplo, a multa será cancelada.

O administrador Cleferson Comarela, 38 anos, recebeu em casa uma multa por avançar o sinal, às 23h41, do dia 12 de fevereiro deste ano. Ou seja, no auge da falta de segurança pública em todo o Estado.

“A multa foi por avançar o sinal. Eu passei na velocidade certa. Tínhamos ido à igreja e depois, lanchar. Estávamos eu, minha esposa e meu filho de 1 ano. Pensei: ‘Não vou parar, não tem polícia’”, relata Cleferson.

Ele estava em Carapina, Serra, no km 6 da BR 101. “Já tinha acontecido vários assaltos ali. É um lugar complicado”, afirma o administrador. A in-



EDSON CHAGAS

“Estávamos eu, minha esposa e meu filho de 1 ano. Pensei: ‘Não vou parar, não tem polícia’”

— **CLEFERSON COMARELA**
ADMINISTRADOR

ANÁLISE

Dever de rever o ato da multa

“Existem alguns princípios emergenciais e de manifesta insegurança em que o motorista poderia passar o radar ou ultrapassar o semáforo vermelho e ter a multa cancelada. O Dnit tem o dever e o poder de rever o ato da multa. Se o Estado não consegue prover a segurança, como ele vai querer multar o condutor que estava sem segurança? E a segurança não estava mesmo garantida naquela época. Há outras situações com precedentes sobre isso. Um médico, por exemplo, que estava em uma emergência e teve que ultrapassar o sinal pode ter sua multa cancelada. O estado de necessidade afasta a razão da multa. Mas, nesses casos, não adianta o motorista ir logo em seguida ao órgão estadual ou federal e relatar a situação. É preciso esperar a chegada da notificação para só então preparar a defesa. Não tem como se antecipar.”

— **LUIZ GUSTAVO TARDIN**
ADVOGADO ESPECIALISTA EM DIREITO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR

fração por avançar o sinal é classificada como gravíssima e desconta sete pontos na carteira. A multa é de R\$ 293,47.

O Dnit explica que na própria notificação de multa há as orientações sobre como o condutor pode contestar a multa e quais são os documentos que deve apresentar e em que locais.

GREVE

A paralisação da Polícia Militar resultou na

TRISTEZA

200

mortes

Esse foi um dos tantos números resultantes da falta de segurança pública nos dias de greve.

morte de 200 pessoas e incontáveis relatos de violências, saques, furtos e assaltos nos seus 22 dias de duração.

Mulheres e outros familiares de policiais militares fizeram manifestações com bloqueios das entradas de batalhões em todo o Estado. Eles pediam reajuste salarial para a categoria, que não tem autorização para fazer greve.

Representantes e familiares entraram em acordo no dia 25 de fevereiro. A promessa na época foi a de que a conduta dos policiais seriam analisadas individualmente e que os militares que retornaram

aos seus serviços teriam suas penas atenuadas, caso estivessem respondendo a qualquer tipo de procedimento.

Seis pessoas já tiveram sua prisão decretada pela 4ª Vara Criminal de Vitória, na operação “Protocolo Fantasma” por suspeita de articularem uma nova greve dos policiais militares. E outros seis militares, incluindo oficiais, tiveram a prisão decretada no início de março acusados de incitar a greve.



lximenes@redegazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO

Leonel Ximenes



Pedido negado

O plenário do CNJ negou o pedido do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Espírito Santo para interditar os Fóruns Cível e Criminal de Vitória, devido às más condições da infraestrutura do local.



lximenes@redegazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO

Leonel Ximenes



No bolso

Depois de muitos anos, os servidores da Assembleia Legislativa poderão receber os valores referentes aos 11,98% de perdas salariais. Ontem, a Justiça mandou expedir os precatórios colocando fim à novela.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

“Homens sentem prazer depois da violência”

Empresária Luiza Brunet fez desabafo sobre agressores de mulheres. Ela acusa o ex-marido de ter lhe agredido em 2016

RIO DE JANEIRO

Atriz e empresária Luiza Brunet, de 54 anos, fez um desabafo durante um evento sobre empoderamento das mulheres ontem, no Rio de Janeiro. Ela destacou que os agressores de mulheres sentem prazer após cometerem os abusos.

“O que eu posso dizer pela minha experiência e pelos relatos que já ouvi, os homens sentem prazer depois da violência doméstica. É quase um orgasmo”, revelou a empresária.

Luiza Brunet, em julho de 2016, denunciou o ex-marido Lírio Parisotto, 62, à Justiça por violência doméstica. A acusação foi apresentada ao Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica, no Ministério Público de São Paulo.

Em depoimento, ela disse que o empresário, com quem estava há cinco anos, a agrediu durante discussão, quando moravam em Nova Iorque (EUA), em maio do ano passado. À ocasião, ela chegou a ter quatro costelas fraturadas, além de lesões faciais. Ele nega a acusação. O caso segue em segredo de Justiça.

“Não é fácil expor quem você gosta”, desabafou. “Mas a gente tem nosso limite e o meu foi no ano passado. Ouvir depoimento de outras mulheres me deu coragem. Nós mulheres podemos transfor-

mar essa realidade brutal. Os jornais estão falando muito disso de uma forma muito clara e aberta. É muito bom fazer parte dessa mudança.”

Emocionada, a empresária acrescentou que não teve medo de prejudicar a sua carreira com a denúncia. “Voltei dos EUA para dar fim a isso. Caiu a ficha quando a agressão já tinha acontecido algumas vezes. Eu estava decidida a acabar com isso. E acabei. Fiquei muito orgulhosa de mim mesma”, detalhou a empresária.

EXPOSIÇÃO

A ex-modelo explicou que é necessário falar sobre o tema publicamente. “Estamos passando por um momento de mudanças pelo mundo todo, principalmente, no Brasil. E nosso País, infelizmente, ainda é muito machista”, frisou Luiza, que ainda emendou:

“Eu entendo que seja bem difícil para uma mulher falar sobre o assunto por conta da exposição de si mesma, do parceiro, do relacionamento. Precisa ter muita força pra isso. Ela precisa ser forte, inclusive, para se mostrar vulnerável”, finalizou.

LUIZA BRUNET

em evento social. Atriz e empresária falou sobre agressão (destaque) que sofreu do ex-marido quando moravam em Nova Iorque e da importância da sua atitude de denunciar



RAPHAEL CASTELLO

Vinte e duas ligações em três horas

Entre a noite de sexta-feira e a madrugada de ontem, a autônoma, de 23 anos, que foi esfaqueada pelo ex-marido, em Vila Velha, recebeu 22 ligações do agressor, em um período de três horas, enquanto ela estava em uma festa com amigas.

A vítima ignorou todas as ligações e, quando chegou ao seu apartamento, foi surpreendida pelo ex. A autônoma acredita que só não foi morta, pois a faca se que-

brou ao meio e ela gritou, alertando os vizinhos.

“Na hora eu nem reparei que tinha sido atingida por golpes de faca, parecia que ele estava só me socando nas costas. Mas ele me jogou no chão, me deu vários socos e a faca se quebrou. Eu gritei, ele saiu correndo e ainda falou: ‘Não era isso que você queria?’. Quando me levantei, percebi que tinha sangue escorrendo pelo meu cor-



POSTE usado para acessar varanda

po e saí pelo corredor do prédio pedindo por ajuda. Meus vizinhos me ajudaram”, disse a autônoma.

Ela afirmou que foi levada por um vizinho até o Hospital Antônio Bezerra, de Faria, onde foi medicada e recebeu alta, na manhã de ontem. A PM esteve no local e fez buscas pelo suspeito, que fugiu em um CrossFox prata. “Foi uma providência divina a faca ter se partido ao meio. Nasci de novo”.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Jovem invade apartamento e dá 6 facadas na ex-mulher

Agressor invadiu o apartamento da vítima após escalar um poste em frente ao prédio dela em Vila Velha. Ele fugiu depois do crime

Simony Giuberti

“Eu me separei dele para evitar ser vítima desse tipo de violência. E mesmo assim não adiantou”. O desabafo é de uma diarista, de 23 anos, que levou seis facadas do ex-marido, um pedreiro, de 27, na madrugada de ontem, em Vila Velha.

O agressor invadiu o apartamento da vítima após escalar um poste de energia elétrica que fica em frente ao prédio dela. Ele fugiu depois do crime e não foi localizado pela polícia.

Segundo investigadores da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), o crime aconteceu às 4 horas, no balneário de Ponta da Fruta. O nome da rua onde a vítima mora não será revelado pela reportagem para preservar a identidade dela.

A autônoma explicou que está separada do ex-marido há três meses e que ele nunca aceitou o fim do casamento.

“Vive me ligando, me mandando mensagens e querendo saber em que lugar estou. Não tenho paz para fazer mais nada, nem para ter amigos. Toda vez que eu saio de casa para me divertir, vou para lugares mais longes para evitar encontrar com ele. Ontem à noite (sexta-feira), eu fui com amigas a uma festa no Ibes e ele começou a me ligar”, revelou a vítima, que não terá o nome divulgado. A autônoma não atendeu as ligações.

Insatisfeito por ser ignorado pela ex-mulher, o pedreiro foi até a rua onde ela mora, escalou um poste de energia elétrica e entrou na varanda do apartamento dela.

“Ele abriu a porta da varanda que eu não tinha trancado. Depois, foi até a minha cozinha, pegou uma faca e ficou me esperando chegar ao quarto das nossas filhas, que estavam com minha mãe”, disse.

Assim que entrou no apartamento, a autônoma percebeu que a porta da varanda estava aberta. “Estranhei porque eu não tinha deixado daquele jeito. Fui até o meu quarto, abri a cortina e senti um vulto atrás de mim. Olhei e não vi nada, então fui até a sala. Eu vi ele no quarto das minhas filhas. Ele já partiu para cima de mim com socos e me dando facadas nas costas”, relatou.

A vítima foi atingida com seis

golpes e gritou pedindo socorro.

“Ele só parou de me golpear, porque a faca quebrou e eu comecei a gritar. Ele fugiu pela janela e eu fui levada por um vizinho para o hospital”, contou a diarista que foi esfaqueada.



FACA quebrada ficou no chão

PRISÃO DOMICILIAR

Ministra quer benefício a todas as presas

Detentas em prisão preventiva que têm filho menor de 12 anos podem ir para casa

BRASÍLIA

▄ A ministra dos Direitos Humanos, Luislinda Valois, defendeu, ontem, que as mulheres “pretas, pobres e da periferia” também tenham o mesmo tratamento dado pela Justiça à ex-primeira-dama do Estado do Rio de Janeiro, Adriana Ancelmo.

Adriana deixou, na última quarta-feira, no último complexo Penitenciário de Gericinó (Bangu), na zona oeste do Rio. A saída dela do complexo ocorreu após o juiz da 7.^a Vara Federal Criminal do Rio, Marcelo Bretas, expedir alvará determinando que Adriana seja levada para seu apartamento.

A autorização para cumprir prisão domiciliar teve como base norma do Código de Processo Penal que permite a mudança de regime de mulheres que tenham filho de menos de 12 anos e estejam cumprindo prisão preventiva.

Adriana tem dois filhos, de 11 e 14 anos. “Quero que nós também criemos meios

para levar essa possibilidade para as mulheres pretas, pobres e da periferia. A lei é igual para todos”, afirmou a ministra em coletiva realizada em Brasília.

Valois defendeu ainda que o debate sobre o episódio se amplie dentro da sociedade. “A minha atenção é chamar a população como um todo, todos os

segmentos para que nós reflitamos sobre essa temática, façamos uma discussão ampla e depois cumpramos a lei como deve ser feito... não quero só pedir, quero levar ao conhecimento de que a norma legal existe, no Código de Processo Penal, e que está na hora de também se levar essa lei para todas as mulheres que se encontram em situações análogas a esta que estamos vivenciando”, ressaltou.

NORMA

“A norma legal existe. Está na hora de também se levar essa lei para todas as mulheres que se encontram em situações análogas a esta que estamos vivenciando”

“Quero levar essa possibilidade às mulheres pretas, pobres e da periferia”

LUISLINDA VALOIS
MINISTRA DOS
DIREITOS HUMANOS

NÚMEROS

Apesar de defender a ampliação do benefício a todas as detentas que estão em situações análogas de Adriana Ancelmo, a ministra disse que não tem dados que apontem o número de possíveis beneficiadas.

“Não tem dados porque não esperava que a situação fosse demandar tanta chamada dentro do país e fora. Agora eu posso mandar fazer uma pesquisa”, disse.

No início da semana, a ministra encaminhou ofício à presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, em que cobra medidas urgentes. (AE)

Laudo para ajudar juízes a decidir

Para agilizar os processos que tramitam sobre saúde no Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai implantar, a partir do próximo mês, a criação de um Núcleo de Apoio Técnico (NAT) do poder Judiciário, para dar suporte às decisões dos magistrados. A ação será em parceria com o Ministério da Saúde e outras instituições.

Esse núcleo, segundo o desembargador João Pedro Gebran Neto, irá emitir, em 72 horas, uma orientação técnica sobre a viabilidade ou não do processo apresentado. O laudo vai amparar os casos de medicamentos que não são reconhecidos, por exemplo.



NELSON JR./STF

MINISTRA Carmen Lúcia: projeto

O projeto foi lançado no ano passado pela presidente do CNJ, ministra Carmen Lúcia, e vem sendo desenvolvido pelo Comitê Executivo Nacional do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde do CNJ. A proposta é criar um banco de dados que ficará à disposição dos magistrados, a partir dos laudos produzidos com análises baseadas em evidências científicas.

“Este núcleo terá 72 horas para se pronunciar se o objeto da ação tem fundamento ou não. Isso vai dar mais celeridade aos processos, uma vez que muitos deles, que estão tramitando na Justiça, na verdade não têm fundamentação médica e científica”, explicou.